



## ÍNDICE

<b>I - INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>II - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS</b>	
Balanço.....	8
Demonstração de Resultados.....	12
Mapa de Controlo Orçamental da Receita.....	13
Mapa de Controlo Orçamental da Despesa.....	17
Execução do Plano Plurianual de Investimentos.....	21
Execução do Plano de Atividades Municipal.....	25
Fluxos de Caixa.....	27
Contas de Ordem.....	32
Operações de Tesouraria.....	33
Resumo Diário de Tesouraria.....	45
Caraterização da Entidade.....	46
Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados.....	48
Certificação Legal de Contas.....	57
Modificações ao Orçamento da Receita.....	60
Modificações ao Orçamento da Despesa.....	63
Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos.....	67
Modificações ao Orçamento Plano de Atividades Municipais.....	71
Receita - Transferências Correntes e de Capital.....	73
Despesa - Transferências Correntes.....	74
Despesa - Transferências de Capital.....	75
Relação dos Contratos.....	77
Mapa de Empréstimos.....	81
Relação dos Encargos Assumidos e Não Pagos.....	82
Síntese das Reconciliações Bancárias.....	132
Mapas de Fundos de Maneio.....	133
Emolumentos e Custas Fiscais.....	136
Relação Nominal dos Responsáveis.....	137
Relação dos Trabalhadores em Situação de Acumulação de Funções.....	138
Informação sobre o Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso.....	161
<b>III - RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	
Nota Explicativa.....	164
<b>1 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE.....</b>	<b>165</b>
1.1 - Identificação.....	165
1.2 - Estrutura Orgânica.....	166
<b>2 - ORÇAMENTO MUNICIPAL.....</b>	<b>167</b>
2.1 - Execução Global do Orçamento.....	167
2.2 - Execução do Orçamento da Receita.....	172

2.3 - Execução do Orçamento da Despesa.....	178
<b>3 - SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA.....</b>	<b>189</b>
3.1 - Análise da Estrutura do Balanço.....	189
3.2 - Análise da Demonstração de Resultados.....	191
<b>4 - ENDIVIDAMENTO.....</b>	<b>193</b>
<b>5 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....</b>	<b>194</b>
<b>6 - DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO PS.....</b>	<b>194</b>
6.1 - Execução das Medidas do PSF.....	195
6.2 - Execução da Receita e Despesa.....	201
6.3 - Balanço.....	202
6.4 - Demonstração de Resultados.....	205
6.5 - Endividamento.....	206

## INTRODUÇÃO

Os documentos de Prestação de Contas, para além de integrarem o cumprimento de um requisito legal, pretendem traduzir a atividade municipal durante o ano económico a que estas respeitam, o qual corresponde ao ano civil.

A execução orçamental do Município de Mirandela no ano de 2013 foi caracterizada e influenciada pela aprovação e implementação do Plano de Saneamento Financeiro (PSF), processo iniciado em 2011, mas também, bem como pela adequação definitiva dos mecanismos de controlo e procedimentos determinados pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA).

Considerando que os presentes documentos devem permitir avaliar a execução dos objetivos previstos no Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2013, elaborados com base em pressupostos que se deveriam assumir como estáveis, será de registar o profundo ajustamento orçamental realizado já no ano de 2013, cujos princípios se mantiveram no Orçamento de 2014. Associando este ajustamento às receitas extraordinárias do empréstimo do PSF foi possível alcançar taxas de execução elevadas, aproximando cada vez mais a previsão orçamental da execução.

Salienta-se e demonstra-se que, tal como em anos anteriores, permanece a crescente dependência das transferências correntes da Administração Central que mesmo sofrendo sucessivas diminuições, cortes e cativações, não têm acompanhado a descentralização de competências da Administração Central para a Administração Local, o que penaliza o exercício do lado da despesa corrente.

Na atual conjuntura económica também não foi possível potenciar o crescimento da receita através dos impostos diretos, registando-se subidas pouco significativas e instáveis, tendo este objetivo sido concretizado no acesso a financiamentos comunitários e na eficácia e eficiência na aplicação das verbas disponíveis. Recorde-se a manutenção das taxas de IMI sem qualquer tipo de agravamento e ajustadas a valores mínimos para os prédios objecto de avaliação.

Durante o ano de 2013 foi possível iniciar a concretização a regularização de transferências de processos de candidaturas referentes a 2009, 2010 e 2011 e estabilizar a justificação dos pedidos de pagamento das obras financiadas em curso.

Refira-se ainda que, se considerarmos a construção do edifício da Escola Superior de Administração, Comunicação e Turismo (4.588.293,21 €), o Museu da Oliveira e do Azeite (618.069,41 €), a Ecoteca (1.049.994,20 €), a requalificação da Avenida das Amoreiras (618.069,41 €), a rotunda da Cocheira (68.943,65 €), a instalação de Redutores de Fluxo na rede de iluminação pública (194.769,75 €), entre outras intervenções em curso, num investimento global superior a

9.000.000,00 €, com volumes mensais de faturação na ordem dos 300.000,00€, o que obriga a uma apurada gestão de tesouraria e a uma permanente regularização das transferências como forma de garantir a execução e conclusão destas obras financiadas.

Este esforço foi assumido e concretizado sem colocar em causa o objetivo de redução de dívida e de cumprimento dos condicionalismos legais já expostos, claramente demonstrados na Prestação de Contas.

Ao nível da despesa e à semelhança dos anos anteriores, evidencia-se o crescimento dos custos associados ao fornecimento de água para abastecimento humano e tratamento de águas residuais, bem como da recolha e tratamento de resíduos urbanos. O aumento do consumo e do tarifário anual dos serviços em alta não são compensados com a necessária harmonização tarifária das redes em baixa, o que tem implicado a afetação de receitas correntes à compensação efetiva dos encargos e do deficit desses fornecimentos. Estes valores associados à manutenção e operação de todo o espaço público na área geográfica do concelho representam alguns dos principais encargos da despesa corrente.

No mesmo contexto, reafirma-se, ano após ano, como predominante o contínuo crescimento das despesas com a Educação, em especial com os transportes e as refeições escolares, bem como das despesas associadas à manutenção do Parque Escolar. Lamentavelmente, o protagonismo assumido do lado da despesa não tem sido compensado pela receita das transferências do Estado.

Contrariando ainda as dificuldades expressas e todos os constrangimentos orçamentais, o Município de Mirandela não deixou de assumir o seu papel de suporte e incentivo à sociedade civil local, quer ao nível desportivo, quer ao nível cultural, recreativo ou social. A relevância das transferências correntes e de capital efetuadas para as diversas entidades e instituições revelam claramente o papel preponderante que o Município de Mirandela tem na dinamização da sociedade civil.

A essas transferências financeiras é necessário ainda associar os apoios em instalações, consumos, transportes e disponibilidade de equipamentos que, frequentemente ignorados, representam também pesados encargos para a Câmara Municipal. A multiplicidade de eventos desportivos, culturais ou lúdicos, turísticos e de promoção promovidos pela Câmara Municipal ou em parceria, traduzidos e descritos em anexos do Relatório de Gestão, são encargos com enorme significado no orçamento da despesa mas certamente compensados pela dinâmica territorial de que Mirandela beneficia no contexto regional e mesmo nacional.

Necessária ainda a referência ao apoio à construção e recuperação de equipamentos sociais e religiosos. Os encargos mensais com o Lar Residencial da APPACDM, Quartel de Bombeiros de

Torre de D. Chama, Lar do Romeu, Lar de S. Pedro Velho, entre outras intervenções pontuais mas de particular importância para as populações, são também traduzidos em anexos deste documento.

O Relatório de Gestão pretende traduzir de forma sintética as atividades dos múltiplos serviços municipais relevando um papel no apoio ao munícipe e no cumprimento integral das competências municipais de salvaguarda da salubridade, do ambiente urbano, das acessibilidades e, essencialmente, no bem-estar dos munícipes de forma generalizada.

A competência de toda a estrutura dirigente e o empenho nem sempre reconhecido dos trabalhadores municipais, não se resume certamente à síntese traduzida num Relatório de Gestão, sendo efetivamente demonstrativa da multiplicidade de serviços e tarefas que diariamente são realizadas em prol dos munícipes.

Esta dedicação, determinação e competência foram reconhecidas pelo processo de Certificação em Qualidade alcançado em 2013, processo de cariz interno fortemente participado, envolvendo toda a estrutura e recursos municipais e que se concretizou na certificação integral dos processos e procedimentos propostos de forma transversal a todos os serviços da Câmara Municipal.

O presente documento demonstra de forma clara e transparente a atividade da Câmara Municipal de Mirandela durante o ano de 2013, traduzindo também a determinação em continuar a enfrentar as dificuldades e a contribuir de forma evidente para o desenvolvimento integrado e coeso do concelho de Mirandela e da população em geral.

### **Enquadramento legal:**

Nos termos do n.º 1 do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, do n.º 2 do Ponto 2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro – POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, na sua atual redação e em cumprimento da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º, do n.º 2 do art.º 27.º e da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro submetem-se à aprovação da Câmara Municipal, para posterior apreciação e avaliação da Assembleia Municipal, os Documentos de Prestação de Contas, com referência a 31 de dezembro de 2013.

Mirandela, 11 de abril de 2014.

O Presidente da Câmara Municipal;



*António José Pires Almor Branco*